

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.681 - GO (2019/0117172-9)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
AGRAVADO : LEONARDO PEREIRA GUIMARAES
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
WEYVEL ZANELLI DA SILVA MELO - GO051159

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que não admitiu o recurso especial, com fundamento na Súmula 7/STJ.

Nas razões do especial, aponta o membro do *Parquet* negativa de vigência dos arts. 12 e 16 da Lei 10.826/03.

Insurge-se contra a decisão do Tribunal de origem que, aplicando o princípio da consunção, determinou a absorção da conduta do art. 12 da Lei 10.826/03 pela do art. 16 do mesmo dispositivo legal. Afirma que "*o crime de posse irregular de arma de fogo e munições de uso permitido não é meio necessário ou fase normal de preparação para o crime previsto no art. 16 da Lei 10.826/06, nem pode ser considerado antefato ou pós-fato não punível*" (fl. 336). Alega, ainda, que, "*embora tenham ocorrido no mesmo contexto fático, [...] os bens jurídicos protegidos pelos tipo penais em questão diferem entre si. Enquanto o artigo 12 da Lei 10.826/03 tutela a paz e a segurança público, o artigo 16 da referida Lei tutela, além da paz e da segurança pública, a confiabilidade no cadastro do Sistema Nacional de Armas*" (fl. 336).

Requer, assim, o provimento do recurso especial, para restabelecer a condenação do recorrido pelo crime descrito no art. 12, em concurso material com o art. 16, ambos da Lei 10.826/03.

Apresentada a contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo provimento do agravo.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada. Passo, portanto, à análise do mérito.

O recorrido foi condenado à pena de 9 anos de reclusão, em regime fechado, além de 1 ano de detenção, também em regime fechado, mais 472 dias-multa, como incurso nos arts. 33, § 4º da Lei 11.343/06; arts. 12, 14 e 16, todos da Lei 10.826/03, c/c art. 69 do CP.

Interposto recurso de apelação, o Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo defensivo para, afastando a condenação pelo crime de

posse ilegal de arma e aplicando o princípio da consunção entre os crimes de posse de artefato bélico de uso permitido e restrito, reduzir a pena definitiva a 7 anos e 6 meses de reclusão, no regime semiaberto, mais o pagamento de 411 dias-multa.

De início, ressalta-se que a matéria objeto de divergência, trazida no presente recurso, cinge-se em se definir sobre a aplicabilidade do princípio da consunção entre os crimes previstos nos arts. 12 e 16 da Lei 10.826/2003.

Manifestou-se o Tribunal *a quo*, acerca da questão, nos seguintes termos (fls. 316-321):

Relativamente ao crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido, **a jurisprudência da Corte é uníssona no sentido de que a apreensão conjunta de armas e munições, de uso permitido e restrito, por ofender apenas um bem jurídico tutelado, a segurança pública, caracteriza delito único, o mais grave, tipificado pelo art. 16, da Lei do desarmamento.**

Policiais militares, averiguando delação anônima, prenderam o processado em flagrante delito, no dia 14 de junho de 2017, às 11:00 horas, por possuir, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no Apartamento 1305, do Edifício Felicita, Bloco C, localizado na Avenida Pedro Paulo de Sousa, Setor Goiânia 2, na cidade de Goiânia, drogas e objetos relacionados ao tráfico de entorpecentes, pistola, Glock, calibre 380, 41 (quarenta e uma) munições, calibre 9mm, 61 (sessenta e uma) munições, calibre 38, 14 (catorze) munições, calibre .40, e noutra casa, localizada na Avenida Central, Quadra R, Lote 14, Vila Pedroso, também na cidade de Goiânia, revólver, Rossi, calibre 38, pistola, glock, calibre 9mm, 08 (oito) munições, calibre .44, 01 (um) kit Roni (acessório que transforma a pistola Glock em uma submetralhadora), 01 (um) carregador, tipo caracol, para munições de calibre 9mm.

Desse modo, deve ser afastada a condenação do processado pelo crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido, tipificado pelo art. 12, da Lei nº 10.826/03, porquanto a conduta de possuir arma de fogo em outra casa, diversa da sua, não se insere no rol dos verbos tipo penal penal indicado, portar, deter, adquirir, fornecer, receber, transportar, ceder, emprestar, remeter, empregar, diretamente relacionada com a noção mobilidade do artefato bélico, que justifica a reprovação mais severa, por expor a risco maior a segurança pública.

A apreensão de armas de fogo e munições de uso permitido e restrito, na casa do processado e em outra residência, identifica apenas o delito do art. 16, da Lei nº 10.826/03, por duas vezes, porquanto diversas as situações, incidindo o princípio da consunção, ficando absorvida a conduta do art. 12, da Lei do Desarmamento, pela mais grave, caracterizada a unicidade, com a finalidade e o resultado únicos, violação à segurança pública, bem jurídico tutelado.

A propósito, a orientação da Corte, in verbis:

"4. Posse de arma de fogo e munições de uso restrito e permitido.
Princípio da consunção. A apreensão de arma de uso restrito e munições

de uso permitido, no mesmo contexto fático, enseja o reconhecimento de crime único entre os artigos 12 e 16, ambos da lei 10.826 /03. Absorção. Prevalência do crime mais grave." (Apelação Criminal nº 330526-90.2015.8.09.0011, DJE nº 2324, de 08/08/17).

"2- Posse de arma de fogo de uso permitido. Posse de arma de fogo de uso restrito. Posse de artefato explosivo. Crime único - consunção. Evidenciadas a autoria e a materialidade delitiva pelo conjunto probatório, especialmente pelos laudos de funcionamento da arma de fogo e munições e vistoria do explosivo, consigna-se que os crimes de posse de arma de fogo de uso permitido, uso restrito, munições e de artefato explosivo são de mera conduta, e se consomem com o simples fato de os possuir, e é punido por colocar em risco a segurança pública. Verificada a existência de um único crime/única conduta, pois perpetrada num mesmo contexto fático, aplica-se o princípio da consunção, devendo as circunstâncias do crime serem sopesadas em desfavor do acusado no momento da fixação da pena -base, sob pena de bis in idem." (Apelação Criminal nº 58881-63.2015.8.09.0051, DJE nº 2312, de 20/07/17).

"III - Entretanto, a posse de mais de uma arma de fogo e munições no mesmo contexto fático não configura concurso de crimes, mas delito único, posto que apenas um bem jurídico foi ofendido, pela mesma razão, de uso permitido e uso restrito, a infração mais grave, art. 16, da Lei nº 10.826/03, absorverá a menos grave, art. 12, do Estatuto do Desarmamento, em observância ao princípio da consunção." (Apelação Criminal nº 9125- 67.2016.8.09.0175, DJE nº 2318, de 31/07/17).

Afastada a condenação pelo crime de posse ilegal de arma de fogo e aplicado o princípio da consunção para aos crimes de posse de artefato bélico de uso permitido e restrito, restando ao processado a condenação, por duas vezes, por violação do art. 16, da Lei do Desarmamento, reconhecida a ficção jurídica do crime continuado, art. 71, do Código Penal Brasileiro, caracterizada a prática de dois delitos da mesma espécie, nas mesmas condições de tempo, armas apreendidas no mesmo dia, lugar, em casas que estão situadas na cidade de Goiânia, maneira de execução, incidindo o aumento de 1/6 (um sexto), definido pelo número de infrações.

Estabelecida a pena-base para os delitos de posse de arma de fogo de uso restrito no mínimo legal, 03 (três) anos de reclusão, ausente circunstâncias modificadora na segunda etapa, incidindo, na derradeira, o aumento de 1/6 (um sexto), pelo crime continuado, resta ao processado a sanção afliitiva de 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

Relativamente à pena de multa, esta deve ser proporcional à reprimenda afliitiva, recebendo, para a escolha do número de dias-multa, idêntica avaliação, no mínimo legal, de 10 (dez) dias-multa, acrescidos de 1/6 (um sexto), resultando 11 (onze) dias-multa, preservado o valor diário, 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo.

Desse modo, ao processado, somadas as penas do crime de tráfico de drogas, 04 (quatro) anos de reclusão e 400 (quatrocentos) dias-multa, 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, no regime inicial semiaberto, 411 (quatrocentos e onze) dias-multa, no menor valor diário.

Superior Tribunal de Justiça

De fato, denota-se, do trecho ora reproduzido, que o acórdão recorrido destoa da jurisprudência desta Corte de Justiça, que se firmou no sentido de que os tipos penais dos arts. 12, 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento tutelam bens jurídicos distintos, o que torna inviável o reconhecimento do crime único quando o agente é denunciado e condenado por infração a mais de um dispositivo legal. Nesse sentido:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. INAPLICABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Os tipos penais dos arts. 12, 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento tutelam bens jurídicos distintos, o que torna inviável o reconhecimento do crime único quando o agente é denunciado e condenado por infração a mais de um dispositivo legal. Precedentes. (AgRg no REsp 1497670/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 30/03/2017, DJe 07/04/2017).

2. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1664095/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 02/05/2018).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONDENAÇÃO PELOS CRIMES DOS ARTS. 14 E 16 DA LEI N. 10.826/2003. CONSUNÇÃO (CRIME ÚNICO). IMPOSSIBILIDADE. BENS JURÍDICOS DISTINTOS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Os tipos penais dos arts. 12, 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento tutelam bens jurídicos distintos, o que torna inviável o reconhecimento do crime único quando o agente é denunciado e condenado por infração a mais de um dispositivo legal. Precedentes.

2. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1497670/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 30/03/2017, DJe 07/04/2017).

Desse modo, uma vez que o acórdão recorrido adotou entendimento contrário à jurisprudência prevalente neste Superior Tribunal de Justiça sobre a inaplicabilidade do princípio da consunção à hipótese dos autos, de rigor o provimento do recurso ministerial, para restabelecer a condenação do recorrido pelo crime descrito no art. 12 da Lei 10.826/03.

Passo, então, à nova dosimetria, adotando os parâmetros da origem.

Quanto ao delito previsto no art. 12 da Lei 10.826/2003:

Ausentes circunstâncias judiciais negativas, fixo a pena-base no mínimo legal: 1 ano de detenção e 10 dias-multa, tornando-a definitiva nesse

Superior Tribunal de Justiça

patamar, tendo em vista a inexistência de causas modificativas.

Quanto ao crime previsto no art. 16 da Lei 10.826/2003:

Ausentes circunstâncias judiciais negativas, fixo a pena-base no mínimo legal de 3 anos de reclusão e 10 dias-multa, pena que torno definitiva devido a inexistência de agravantes ou atenuantes e de causas de aumento ou de diminuição de pena.

Existindo concurso material entre o crime previsto no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006, em que o réu foi condenado à pena de 4 anos de reclusão e 400 dias-multa, aplicam-se cumulativamente as penas impostas, totalizando 7 anos de reclusão e 1 ano de detenção, além do pagamento de 420 dias-multa.

Quanto ao regime inicial de cumprimento, deverá ser mantido o modo semiaberto, em atenção ao disposto no art. 33, § 2º, *b*, do Código Penal.

Ante o exposto, dou provimento ao agravo em recurso especial para restabelecer a condenação do recorrido LEONARDO PEREIRA GUIMARÃES quanto ao delito do art. 12 da Lei 10.826/2003, redimensionando a pena a ele imposta nos moldes acima explicitados.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator